

DIPLOMACIA

Apesar do conflito no Oriente Médio, diálogo entre Brasil e EUA deve priorizar comércio, tarifas e interesses comuns, com cautela do governo brasileiro

Encontro entre Lula e Trump fica para abril

» VICTOR CORREIA

ANGELA WEISS / AFP e BRENDAN SMIALOWSKI / AFP



Previsto para a próxima semana em Washington, o encontro deve ser remarcado para abril, avalia Planalto

Ofensiva militar de Estados Unidos e Israel contra o Irã vai adiar a reunião entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump. O encontro estava previsto para a próxima semana, em Washington, mas integrantes do Palácio do Planalto avaliam que a agenda deve ser remarcada para o próximo mês. Até o momento, o governo americano ainda não confirmou uma nova data.

Apesar do impacto global do conflito, especialmente sobre o preço do petróleo, a conversa deve se concentrar na agenda bilateral, com foco na relação comercial entre os dois países e na tentativa de remover as tarifas ainda impostas aos produtos brasileiros, avaliam especialistas ouvidos pelo **Correio**.

Nesse cenário, a guerra tende a ter pouca influência direta na posição brasileira, além de uma defesa mais enfática pelo fim das hostilidades. O encontro já fazia parte da agenda de Lula, como o próprio presidente afirmou a jornalistas no fim de fevereiro, durante viagem oficial à Coreia do Sul. “Ainda não está marcada a reunião. Acho que precisa ser lá pelo dia 16 de março, ou próximo a essa data. E, quando tiver a reunião, nós vamos conversar sobre os assuntos”, disse o chefe do Executivo.

Trump, por sua vez, evitou confirmar a data ao ser questionado, em 27 de fevereiro, sobre quando ocorreria a reunião. “Eu me dou muito bem com o presidente do Brasil. Eu adoraria (recebê-lo)”, disse a jornalistas na Casa Branca. No dia seguinte,

EUA e Israel bombardearam o Irã.

Com a escalada da crise no Oriente Médio, o presidente Lula se reuniu na última segunda-feira com o assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Celso Amorim, para avaliar o cenário envolvendo o Irã. Durante a conversa, foi mencionada a possibilidade de o Brasil atuar como mediador do conflito.

Como referência, surgiu a Declaração de Teerã, acordo firmado em 2010 com mediação de Brasil e Turquia, no qual o Irã se comprometia a manter seu programa nuclear apenas para fins pacíficos, voltados à geração de energia.

O entendimento, no entanto, acabou rejeitado pelos Estados Unidos, então governados por Barack Obama.

Na atual conjuntura, parte da diplomacia brasileira avalia que não há espaço para uma nova tentativa de mediação e que uma iniciativa nesse sentido poderia prejudicar a posição do país no cenário internacional.

Desde o ataque ao Irã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem adotado cautela nas manifestações públicas sobre o conflito. As primeiras posições partiram do Itamaraty, em duas notas: a primeira condenou a ofensiva de Estados Unidos e Israel, e a segunda manifestou solidariedade a países vizinhos atingidos por ataques iranianos em retaliação. Ao longo da semana passada, Lula também evitou citar diretamente os governos americano e israelense em seus discursos.

Na quarta-feira, durante evento

da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o presidente concentrou as críticas no sistema internacional e afirmou que a Organização das Nações Unidas (ONU) está “cedendo ao fatalismo dos senhores das guerras”.

Lula também mencionou o presidente dos Estados Unidos, mas sem associá-lo diretamente aos conflitos. “Vocês acham normal o Trump ficar dizendo todo dia ‘eu tenho o maior navio do mundo, o maior exército do mundo?’”, declarou. A fala foi considerada mais moderada do que críticas feitas pelo presidente em outras ocasiões e foi interpretada por interlocutores do governo como um esforço para evitar atritos com Washington às vésperas de um encontro entre os dois líderes.

Diálogo bilateral

Para especialistas, apesar da mudança no cenário internacional, a reunião deve se concentrar em temas da agenda bilateral, especialmente na negociação das tarifas, após a decisão da Suprema Corte americana que suspendeu o aumento inicial. Posteriormente, o governo Trump anunciou a aplicação de uma taxa global de 10%, que deve subir para 15% nos próximos dias.

“É possível que haja avanços nas negociações, assim como em outras áreas de interesse comum, como mineração, etanol, energia e serviços de comunicação e big techs”, disse ao **Correio** o professor do Instituto de Relações Internacionais (Irel) da Universidade de Brasília (UnB) Antônio Jorge Ramalho da Rocha. Em sua avaliação, o governo brasileiro sabe que não vai conseguir zerar as tarifas, mas pode reduzir ainda mais as restrições comerciais.

O professor aponta ainda que Trump tem um modus operandi diplomático que busca deixar os demais países em uma situação de insegurança, dificultando a articulação. Porém, avalia que a relação entre Brasil e Estados Unidos atingiu um “novo normal” após o período conturbado no ano passado, envolvendo a sobretaxa de 50% e sanções contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do governo. “Cabe ter clareza quanto aos interesses de longo prazo do Brasil e perseverar na busca de sua consecução”, pontuou.

Já o analista de política internacional da Consultoria BMJ Vito Villar aponta que, apesar de haver um horizonte de normalização para as relações, o Brasil terá que fazer novas concessões se quiser melhorar o cenário comercial. “Do lado norte-americano, os interesses permanecem relativamente claros: maior acesso ao mercado brasileiro de etanol, segurança jurídica para empresas de tecnologia, acesso a minerais críticos e aprofundamento da cooperação no combate ao crime transnacional.”

“A geopolítica regional também entra no radar, ainda que o Brasil tenha adotado uma postura mais contida e pragmática nesse debate. Portanto, avanços são possíveis, mas dificilmente unilaterais”, acrescentou Villar.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Família da corrupção

A prisão, pela segunda vez, do banqueiro Daniel Vercaro será breve, como foi a anterior, em novembro, ou não — dependendo não do que a Polícia Federal apurar sobre seus delitos, que são graves e já estão constatados, mas do tratamento que se dará à delinquência entre os Três Poderes. Vercaro não é um caso isolado, é apenas o mais midiático, uma versão hollywoodiana dos mafiosos da ficção, com seu estilo de vida instagramável de festas, mulheres e jatinhos.

Antigo trambiqueiro de Belo Horizonte, apesar da pouca idade, ele fez ferver a temperatura da política, já abrasiva desde os macroescândalos da lavanderia de dinheiros não declarados nas agências do Banestado em Foz do Iguaçu e em Nova York, nos idos de 2000. Os escândalos subsequentes, tal como seriados de streaming, foram evoluções da mesma história — o mensalão, o petróleo e spin-offs mais ou menos notórios sobre episódios de enriquecimento ilícito.

A impunidade, ou a condenação logo depois anulada pelos tribunais superiores — desde que envolva pessoas influentes e afluentes na escala da pirâmide de renda —, consolidou a noção de que tudo será perdoado, acima ou abaixo da ponte que conecta governo, Judiciário e Parlamento na partição tripartite dos poderes constitucionais.

Quem, entre os poucos que foram presos no caso Banestado, continuou em cana? Nenhum. E dois dos principais, doleiros de fino trato, reapareceram nos escândalos do mensalão e da Lava-Jato (cujo nome da operação policial-judicial, sugestivamente, deve-se a uma casa de câmbio em um posto de combustíveis em Brasília, onde a raia miúda de políticos e burocratas recebia por seus serviços aos maganos).

O caso Banestado foi a mãe dos escândalos seguintes, o Master de Daniel Vercaro é seu bisneto, o petróleo, o neto, e o mensalão, o filho. O dar de ombros fez prosperar um país de traficâncias cujas elites não demonstram vontade de combater, fingindo demência, e, à primeira vista, por uma boa causa: a “liquidez” da turma que logo que se vê endinheirada dispara a comprar sinais de status pagando o triplo do que vale, de carros a mansões, aqui e no exterior.

A tal da política “transacional” não nasceu com Trump, mas aqui.

Feitiço do tempo da safadeza

Em suma, o Banestado foi o primeiro teste da corrupção sistêmica na era da redemocratização, em que o “feitiço do tempo” da roubalheira e a morosidade do Judiciário garantiram a impunidade, servindo de lição para os esquemas mafiosos que vieram depois.

O desdobramento do esquema nos escândalos posteriores e sua conexão com a crise do Banco Master revelam uma continuidade tanto de personagens quanto de métodos que marcam o sistema financeiro, político e judicial, incluindo advogados, há décadas. Com tanta grana circulando, agora facilitada pelas novas modalidades de ativos digitais e fundos opacos, ficou difícil que a sedução dos cifrões não alcance os guardiões da moralidade pública e os gestores da lei.

A literatura é pródiga em narrar esses eventos, normalmente associados a fins de época. Como em A Comédia Humana, de Honoré de Balzac, e na Gilded Era — termo de Mark Twain que significa “folheado a ouro”, sugerindo que tempos brilhantes por fora, com riqueza e inovação, escondiam problemas graves, como corrupção e miséria a granel.

O importante a reter, caso se pretenda estancar a trambicagem e a sangria de recursos, em geral públicos ou, no fim do dia, bancados por contribuintes, consumidores e devedores, é entender o que é fato e o que é narrativa quando a corrupção se torna endêmica.

Os primeiros cuidados visam às reações moralistas. Elas atacam as emoções para desviar a atenção. Politizar é outro truque barato. Hoje, governistas e bolsonaristas se digladiam, atribuindo a culpa uns aos outros, como se a corrupção tivesse ideologia. São táticas de quem vive pulando de trambiques, como os que criam dificuldades para vender facilidades, com a ajuda prestigiosa de parte da imprensa.

Looping de fraudes sem-fim

O caso Banestado, que permeou o fim do segundo governo FHC e o início do primeiro de Lula, teve pouco impacto político, embora a CPI criada para investigá-lo tenha terminado em pizza ao identificar, nos extratos, recursos de deputados, senadores e de partidos de todo o arco ideológico. Os demais escândalos vieram do aluguel ou da compra de “maiorias” pelo governante popular, mas sem base parlamentar.

O Master é o primeiro caso em que, ativamente, a sedução dos capilês vem de fora para dentro do sistema institucional, inclusive, das instâncias de regulação dos setores financeiro e de capitais. Foi uma mudança na ciranda de “criar” riquezas. Antes, ela vinha de assaltos ao cofre de estatais como Petrobras, Correios e CEF, além de verbas do orçamento.

Agora, não só. O Master cresceu vendendo CDBs ocios, colocados por meio da rede de agentes autônomos de plataformas de investimento, propagandeando a garantia de até R\$ 250 mil por CPF do FGC, Fundo Garantidor de Créditos, formado com funding de bancos, lesados em última instância. Por aí esvaíram-se quase R\$ 50 bilhões, que de algum modo serão cobrados do tomador de crédito via spread e juros.

Tais papéis foram emitidos a pretexto de securitização de ativos de crédito, como o consignado, precatórios federais, valorização artificial de ações de empresas e certificados de descarbonização em terras públicas na Amazônia, numa fileira de fraudes acumuladas em que uma capitaliza a outra em um looping sem fim.

Parte das farras bancadas por Vercaro servia para iludir os pés de chinelo da política e da burocracia com ostentação de riquezas sem lastro. Falsos espertos caíram gostosamente no logro.

18% do PIB não declarados

O que deve provocar preocupação em quem ainda pensa a política em termos institucionais, e não como meio de vida, é que Vercaro não é um caso extremo de corrupção. É o sinal do fim de um tempo que já não cabe no mundo transformado pela tecnologia e pela geopolítica.

Os dinheiros de origem escusa são difíceis de estimar. O tamanho da economia informal, que também inclui quem trabalha honestamente, mas sonega para sobreviver, dá pistas. Ela é gigantesca. Constata-se isso pelo cruzamento das transações diárias via Pix.

Com base em estudos recentes e dados oficiais de 2023, estima-se que a economia informal represente entre 18% e 35% do PIB. A perda potencial de arrecadação consolidada, caso toda essa atividade fosse formalizada, varia de R\$ 625 bilhões a R\$ 1,24 trilhão por ano. Considerando-se que apenas metade dessa economia seja alcançável, a perda fiscal potencial ainda permanece elevada, entre R\$ 313 bilhões e R\$ 619 bilhões anuais.

Esses valores correspondem a cerca de 2,9% a 5,6% do PIB. Está aí, com folga, o ajuste fiscal cobrado como imperativo para ontem.

Como a formalização integral não é viável no curto prazo, exigem-se políticas graduais, como simplificação tributária, maior eficiência do gasto público para reduzir impostos, estímulo à digitalização e ampliação do acesso ao crédito formal. Tais ações também induzem o aumento dos controles sem burocracia, sufocando a criminalidade de Masters e Vercaros e ampliando a transparência que os governantes relutam em adotar para si.

Que candidato e que partido apresentam tal plataforma? Sem ela, deixe para lá as expectativas e cuide-se. Com ela, qualquer cenário poderia projetar um desenvolvimento chinês com bem-estar europeu. Escolha...



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 08/03/2026

Informativo do mercado imobiliário

O protagonismo feminino como grande aliado para o futuro sustentável do setor

Ana de Paula Fonseca

Diretora de Assuntos Ambientais e Responsabilidade Social da ADEMI DF

A presença cada vez maior de mulheres na construção civil representa um grande avanço para o setor. E não há dúvidas: a força feminina já está consolidada como um caminho sustentável para o futuro do mercado imobiliário.

Ainda são muitos os desafios, mas, ao longo dos anos, a participação das mulheres deixou de ser exceção para se tornar força ativa, seja na incorporação imobiliária, na arquitetura, na gestão ou na formulação de estratégias que moldam o desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, o apoio público e concreto da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF) tem sido um grande diferencial para a valorização da atuação feminina. Ao incentivar a participação das mulheres, a entidade promove a troca de experiências, fortalece lideranças e amplia a capacidade do setor de se

reinventar com responsabilidade e transparência.

A diversidade de gênero não é apenas um ideal de equidade: é um diferencial competitivo e saudável para os negócios. Mulheres trazem novas perspectivas, ampliam o olhar sobre as demandas da sociedade e contribuem para decisões mais sensíveis, inovadoras e sustentáveis. Em um mercado que impacta diretamente a vida nas cidades, essa pluralidade é essencial para criar empreendimentos mais humanos, eficientes e alinhados às reais necessidades da população.

Investir no protagonismo feminino é investir no crescimento sustentável do mercado imobiliário. Quando ampliamos vozes, ampliamos soluções. Seguimos, portanto, comprometidos com uma cultura inclusiva, onde competência, ética e inovação caminham lado a lado. E onde homens e mulheres constroem, em igualdade, um futuro mais justo para o Distrito Federal.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: www.ademidf.com.br | [@ademidf](https://www.instagram.com/ademidf)